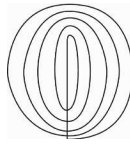


REALISMO METAFÍSICO

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Realismo Metafísico
Copyright © 2014 do autor
João Branquinho

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0074>

Todos os direitos reservados

Resumo

Este ensaio contém uma exposição e discussão de um conjunto de variedades da concepção acerca de propriedades conhecida como Realismo Metafísico, o ponto de vista de que pelo menos algumas propriedades de coisas são propriedades universais dessas coisas. Tais formas de realismo metafísico, algumas das quais existem apenas no espaço lógico das concepções realistas, são determinadas pelas posições tomadas relativamente a três problemas centrais acerca de universais: o problema da sua localização; o problema da sua exemplificação; e o problema do seu modo de ser ou existir. No ensaio, argumenta-se a favor da seguinte combinação de formas de realismo: realismo transcendente/realismo aristotélico/realismo contingentista.

Palavras-chave

Realismo metafísico, universais, propriedades, exemplificação, ontologia, *abstracta*

Abstract

This paper surveys and discusses a set of varieties of the general view about properties known as Metaphysical Realism, the view that at least some properties of things are universal properties. Such brands of metaphysical realism, some of which only exist in the logical space of realist views, are determined by the stand one takes with respect to three central problems about universals: the problem of their location; the problem of their instantiation; and the problem of their mode of being or existence. The paper argues for the following combination of forms of metaphysical realism: transcendent realism/aristotelian realism/contingentist realism.

Keywords

Metaphysical realism, universals, properties, instantiation, ontology, *abstracta*

Realismo Metafísico

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0074>

Introdução

Neste ensaio, fazemos três coisas, sendo a segunda das quais claramente a mais substantiva. Em primeiro lugar, introduzimos três problemas centrais acerca da identidade e natureza de universais, entendidos como propriedades numericamente idênticas exemplificadas por objectos numericamente distintos (em linguagem menos precisa, mas talvez mais sugestiva, “o mesmo no diferente”, “o um em muitos”). Em segundo lugar, caracterizamos três tipos de disputas em torno desses problemas no interior do ponto de vista geral conhecido como Realismo Metafísico, o ponto de vista de que há universais, ou melhor, de que algumas propriedades são propriedades universais (no sentido *supra*). De tais disputas extraímos um conjunto de variedades e sub-variedades distintas de realismo metafísico. Algumas das formas de realismo metafísico aqui mapeadas foram já identificadas e cunhadas na bibliografia da área, notoriamente por Armstrong,¹ e têm tido de facto proponentes e oponentes ao longo da história da Metafísica (quer da tradicional, quer da mais recente). Outras das formas de realismo metafísico que introduzimos, em especial diversas das suas sub-variedades, não foram (tanto quanto sabemos) ainda identificadas ou cunhadas e representam pontos de vista meramente possíveis no espaço lógico das posições realistas acerca da natureza dos universais. Exploramos igualmente aquelas que tomamos como sendo as principais desvantagens e dificuldades enfrentadas por cada uma dessas formas de realismo metafísico. E indicamos quais delas estão em melhor posição de poderem ser mais plausivelmente desenvolvidas; a este respeito, e ignorando as sub-variedades, a combinação de formas de realismo que preferimos consiste na tríade realismo aristotélico/realismo transcendente/realismo contingentista. Em terceiro lugar, traçamos algumas conexões importantes entre os problemas, as disputas e as concepções realistas em questão; a conclusão que obtemos a este respeito vai em geral no sentido da sua independência mútua relativa ou apenas parcial.

¹ Armstrong 1978, 1989. Ver ainda a discussão compreensiva do tópico da metafísica das propriedades em Oliver 1996.

1 Três problemas sobre universais

Podemos caracterizar o realismo metafísico, de forma apropriada para os nossos fins, como sendo em geral aquele ponto de vista que se distingue pela adopção das seguintes três teses metafísicas, teses acerca de que género de objectos há e qual a sua função (as teses não são mutuamente independentes).

Tese 1. Há universais, ou seja, há objectos numericamente idênticos ao longo de possivelmente muitos objectos numericamente distintos.

Exemplos de objectos desse género poderiam ser a brancura de todas as inúmeras coisas brancas e a humildade de todas as inúmeras pessoas humildes.²

Tese 2. Algumas propriedades³ de objectos (possivelmente todas as propriedades de objectos) são propriedades universais.

A brancura e a humildade poderiam estar entre essas propriedades universais de objectos, no caso qualidades universais de particulares concretos. Mas os objectos em questão poderiam ser eles próprios propriedades, caso em que poderíamos ter entre as propriedades universais os chamados universais de ordem superior, por exemplo os universais Cor, Forma, etc. (por oposição a

² Note-se que estas propriedades (brancura, humildade), bem como outras que introduzimos a seguir, são aqui mencionadas apenas a título de ilustração, pois há formas particulares de realismo nas quais elas não seriam de todo vistas como universais.

³ Usamos o termo ‘propriedade’ num sentido apropriadamente inclusivo e neutral, aproximadamente no sentido de algo que é predicável, ou, se se preferir usar um guia linguístico, no sentido de algo que pode ser expresso por um predicado bem formado. Adoptamos, em essência, o emprego que Lewis faz do termo (1986: 67). O termo ocorre em alguma bibliografia num sentido bem mais restrito e menos neutral, como equivalente a ‘universal’ (na acepção que aqui damos a este último termo). Quine, por exemplo, usa os termos ‘atributo’ e ‘universal’ de forma equivalente: ver Quine 1980, (1990: 29 e seguintes). É sempre útil a leitura do interessante e provocador ensaio clássico de Ramsey (1997) sobre uma alegada impossibilidade de distinguir liminarmente entre universais e particulares.

Vermelho, Triangular, etc., os quais seriam universais de primeira ordem).

Tese 3. Propriedades universais são indispensáveis para explicar a semelhança, ou pelo menos algumas semelhanças (as semelhanças naturais ou objectivas) entre as coisas, **e (talvez)⁴ a predicação** (isto é, a aplicação de características ou atributos a objectos), ou pelo menos algumas predicções (as predicções naturais ou objectivas).

A qualidade universal da humildade poderia ser tomada como indispensável para explicar porque é que as pessoas humildes são semelhantes entre si no que respeita à humildade, ou seja, porque é que os humildes são humildes. E essa qualidade universal poderia igualmente ser tomada como indispensável para explicar em que é que consiste a atribuição a uma pessoa particular, por exemplo Sócrates, da propriedade de ser humilde.

Uma das marcas distintivas correntemente atribuídas a universais, a qual está subjacente às Teses 1 e 2, é a sua **repetibilidade**.⁵ Na formulação de Lewis,⁶ uma propriedade é universal quando está integralmente presente onde quer que seja exemplificada; por outras palavras, uma propriedade é universal quando é numericamente a mesma propriedade ao longo dos vários objectos, numericamente distintos entre si, que a exemplificam. A repetibilidade envolve assim, de um lado, a identidade numérica do atributo, e, do outro, a diferença numérica da substância (o portador de atributo).

⁴ Lewis (1997) argumenta que, ao contrário da semelhança (objectiva), a predicação não deve ser considerada como algo a explicar por uma teoria metafísica das propriedades.

⁵ Assim concebida, a repetibilidade de uma propriedade é apenas suficiente, mas não necessária, para a propriedade ser universal. Com efeito, a repetibilidade implica a possibilidade de a propriedade ter dois ou mais exemplos, o que excluía propriedades não exemplificáveis do conjunto das propriedades universais (excluindo assim a posição realista designada adiante como Realismo Platónico). Ver Hoffman and Rosenkrantz 2003: 53.

⁶ Lewis 1997: 190.

Os seguintes três problemas centrais, acerca da natureza e identidade de universais, têm sido recorrentemente formulados e intensamente debatidos, de forma mais ou menos explícita, ao longo da já longa história da Metafísica.⁷

*Problema 1: A localização de universais*⁸

São os universais entidades localizáveis (de algum modo) no mundo físico, no espaço-tempo? Estão os universais situados (de algum modo) no mundo povoado pelos particulares materiais (mesas, cavalos, pessoas) que em muitos casos os exemplificam? Ou pertencem os universais a um mundo à parte, um mundo sem qualquer conexão causal com o mundo físico, um mundo povoado por e apenas por objectos abstractos, *grosso modo* objectos não situáveis no espaço-tempo?

A alternativa é aqui entre o mundo físico e aquilo a que Frege famosamente chamou o 3º Reino, um domínio de coisas que nem são físicas (1º Reino) nem são mentais (2º Reino).⁹ As entidades do 3º Reino são tipicamente vistas como auto-subsistentes, eternas, imprecíveis e independentes da mente e da linguagem.

Estão os universais no espaço-tempo, ou povoarão eles algo semelhante ao Paraíso de Platão, um putativo sector da realidade habitado por Formas ou Ideias, ou ao 3º Reino de Frege?

*Problema 2: A exemplificação de universais*¹⁰

Está a existência de universais dependente da existência de coisas que os exemplifiquem? Será que um universal só existe se exemplificado

⁷ Há um quarto problema central acerca de universais, que não discutimos aqui mas que está intimamente relacionado com os três problemas mencionados em seguida. Esse problema, notoriamente introduzido por Lewis, é o problema de saber se propriedades universais devem ser propriedades que cortem a natureza nas suas articulações, ou seja, se devem ser propriedades parcas ou naturais (por oposição a propriedades abundantes). Ver Lewis 1986: 56-69. Uma discussão recente de propriedades naturais encontra-se em Sider (2011: 85-105).

⁸ Ver Armstrong 1989: 98-9.

⁹ Frege 1967: 29-30.

¹⁰ Ver a exposição e discussão em Armstrong (1989: 75-81).

(por pelo menos uma coisa, ou, se quisermos garantir a repetibilidade em sentido estrito, por pelo menos duas coisas)?

São os universais objectos ontologicamente dependentes, objectos cuja existência é condicionada pela existência de objectos de outro tipo (supondo que os seus exemplos são, em alguns casos, objectos de outro tipo)? Está, em especial, a existência de universais dependente da existência de particulares que os exemplifiquem? Teria Aristóteles razão quando alegadamente disse que se não houvesse coisas brancas não haveria a brancura? Ou será a existência de um universal algo incondicionado, independente da existência ou não de exemplos do universal?

É a relação entre um universal e um seu possível exemplo do mesmo género do que a relação entre um sorriso e uma pessoa que sorria, uma peça de relógio e um relógio, uma experiência e uma criatura senciente?

Problema 3: O modo de ser ou existir de universais

São os universais coisas como Deus e os números naturais, coisas que, a existirem, são existentes necessários, entidades que existem de forma não contingente? Trata-se de coisas que não só existem de facto, como não poderiam não ter existido, ou seja, coisas tais que é impossível não existirem (no sentido de ‘impossível’ no qual não é impossível um corpo deslocar-se a uma velocidade superior à da luz)? São os universais entidades que existem em todos os mundos possíveis?

Ou serão os universais, pelo menos em alguns casos (alguns universais), entidades como Sócrates, Lisboa e esta mesa de madeira, existentes contingentes? Podem os universais ser coisas como estas últimas, coisas que existem de facto, mas que aparentemente¹¹ poderiam não ter existido se o mundo não fosse o que é? E sob que condições é que se poderia então dizer que um universal poderia não ter existido? Sob que condições é que se poderia dizer que um universal não existe num mundo possível?

¹¹ Williamson (2013) é conhecido por defender a tese, contra-intuitiva para muitos, de que, necessariamente, a existência de qualquer objecto é necessária.

É a existência da brancura do mesmo género do que a existência de Sócrates? Sócrates poderia não ter nascido e logo (aparentemente) poderia não ter existido. E a brancura? Existiria se não houvesse coisas brancas?

O problema modal acerca do modo de ser de universais tem, naturalmente, um análogo temporal. É cada universal um existente eterno, algo que existe para sempre? Ou são alguns universais existentes temporários? Podem os universais ser coisas perecíveis, coisas como esta folha de papel, coisas que não existem em pelo menos uma ocasião (por exemplo uma ocasião posterior à sua eliminação por uma máquina recicladora)?

2 Realismo Imanente versus Realismo Transcendente¹²

Os realistas metafísicos repartem-se por duas grandes posições filosóficas conforme a resposta que estão inclinados a dar ao Problema 1, o problema da localização de universais.

De um lado, temos a posição realista conhecida como Realismo Imanente, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(IMAN) Alguns universais (possivelmente todos os universais) estão situados (de algum modo) no mundo físico, no espaço-tempo.

Na terminologia escolástica, o realismo imanente defende a doutrina dos *universalia in rebus* (universais nas coisas).¹³

Do outro lado, temos a posição conhecida como Realismo Transcendente, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(TRANS) Nenhum universal está situado no mundo físico, no espaço-tempo.

Na terminologia escolástica, o realismo transcendente defende a doutrina dos *universalia ante rem* (universais prévios às coisas).¹⁴

Começemos por explorar a doutrina do realismo imanente. A primeira coisa a notar é que este ponto de vista admite ainda duas

¹² Ver a exposição e discussão em Armstrong 1978: 64-77.

¹³ Armstrong 1989: 77, 99.

¹⁴ Armstrong 1989: 76.

versões, caracterizáveis do seguinte modo:

- (a) uma versão forte, a tese de que todos os universais estão localizados (de algum modo) no mundo físico;
- (b) uma versão fraca, a tese de que apenas alguns universais estão localizados (de algum modo) no mundo físico.

Há três observações imediatas a fazer acerca da versão forte do realismo imanente. Primeiro, é a forma de imanentismo mais habitualmente proposta na bibliografia recente na área.¹⁵ Segundo, é naturalmente a versão mais vulnerável, na medida em que é a mais forte. Terceiro, é aquela versão do imanentismo que é compatível com o naturalismo estrito, ou melhor, com a consequência desta concepção segundo a qual tudo o que existe está localizado no espaço-tempo, no mundo físico. Este último aspecto pode ser usado, e tem sido usado, para argumentar a favor da defesa da versão forte de imanentismo, pois a versão fraca da doutrina é alegadamente incompatível com o naturalismo estrito e este, alega-se, é algo que tem de ser preservado a todo o custo.

Note-se que seja qual for o sentido que se queira dar à ideia de que os universais estão localizados no mundo físico, a versão forte de imanentismo é incompatível com a admissão de universais exemplificados por particulares *abstractos*, no sentido de particulares não localizáveis no espaço-tempo (por exemplo, números e classes). Mas isso não parece constituir um problema sério para os defensores do ponto de vista, pois o naturalismo estrito que eles querem preservar é, em todo o caso, incompatível com a admissão de objectos *abstractos* em geral, universais ou particulares. De qualquer maneira, é claro que o imanentismo forte não pode admitir como universais propriedades como a propriedade de ser um número primo ou a propriedade de numerar as luas de Júpiter, bem como relações como a relação de inclusão entre conjuntos.

Por outro lado, não é claro que o imanentismo forte seja inconsistente com a admissão de universais de ordem superior em geral, ou seja, com a admissão de universais exemplificados por universais. Em particular, não é claro que o imanentismo forte não possa admitir

¹⁵ Ver, por exemplo, Armstrong 1989: 98-9.

como universais alegados universais de ordem superior como Cor, Massa e Forma. A razão pela qual tal não é claro é a de que, apesar de um universal de ordem superior como e.g. Massa não ser directamente exemplificado por coisas no mundo físico, tem no entanto como exemplos universais, por exemplo a propriedade de pesar uma tonelada, que são directamente exemplificados por coisas no mundo físico, por exemplo (talvez) elefantes. Há assim uma cadeia de exemplificações que termina no mundo físico, o que pode levar o adepto do imanentismo forte a ver os universais de ordem superior no início da cadeia como pertencendo, como todos os outros, ao mundo físico.

A versão fraca de imanentismo é por sua vez claramente compatível com a admissão de *abstracta*, podendo até tal admissão ser a motivação central para a defesa do ponto de vista. Alguns universais, designadamente aqueles que são exemplificados por particulares abstractos, não estão situados (em qualquer sentido) no mundo físico. Este aspecto do imanentismo fraco pode ser visto por alguns filósofos como sendo uma razão para o favorecer em relação ao imanentismo forte. Por outro lado, a versão fraca de imanentismo é também claramente compatível com a admissão de universais de ordem superior, os quais poderiam por ela ser incluídos entre os *abstracta*. Em todo o caso, o imanentismo fraco é, dessa maneira, manifestamente inconsistente com o naturalismo estrito, algo que pode por sua vez ser tomado por alguns filósofos como uma desvantagem séria do ponto de vista.

A questão central subjacente ao problema da localização é, naturalmente, o que é que se deve entender por 'localização' quando estamos perante aplicações do termo a propriedades, e, em especial, a propriedades universais (e não a corpos materiais). E esta questão exerce uma forte pressão sobre a doutrina do realismo imanente em particular, já que o realismo transcendente, formulado como o ponto de vista de que os universais *não estão localizados* (em nenhum sentido do termo) no mundo físico, pode bem ser entendido como o ponto de vista de que predicados de localização espácio-temporal são simplesmente inaplicáveis a entidades irredutivelmente abstractas como universais transcendentais.

Em que sentido é que, do ponto de vista imanentista em geral (forte ou fraco), se pode dizer que um universal está localizado no mundo físico, que um universal existe numa certa região do espaço

num certo instante de tempo? Em que sentido é que a brancura pode estar localizada no mesmo mundo onde as coisas (ou superfícies) brancas estão? Em que sentido é que a humildade pode estar localizada no mesmo mundo onde as pessoas humildes estão (supondo que pessoas ocupam porções do espaço-tempo)?

Há (pelo menos) duas respostas imanentistas possíveis a estas perguntas, as quais nos dão duas maneiras diferentes através das quais se poderia olhar para os universais como podendo de algum modo existir no espaço-tempo.

A primeira resposta, a mais fraca, consiste na seguinte ideia de localização para universais. Um universal está localizado no mundo físico na medida em que, e apenas na medida em que, é exemplificado por pelo menos uma coisa que ocupe uma determinada região do espaço numa certa ocasião. Neste ponto de vista, a localização do universal no espaço-tempo não é directa, mas antes mediada pela existência de exemplos os quais (eles sim) estão directamente situados no espaço-tempo. Segundo esta versão indirecta de imanentismo, o universal *Equus Caballus* – ou seja, a espécie animal tomada como universal, como algo repetível (em todos e cada um dos membros da espécie) – está localizado no mundo físico em virtude de, e apenas em virtude de, ter como exemplos coisas, as substâncias individuais (os diversos cavalos particulares), que têm uma localização no espaço-tempo. Nesta forma de imanentismo, não é de todo necessário que os universais ocupem eles próprios uma região do espaço numa dada ocasião: eles estão presentes no mundo físico em virtude de, e apenas em virtude de, terem exemplos no mundo físico.¹⁶

A segunda resposta imanentista, a mais forte, consiste na seguinte ideia de localização para universais.¹⁷ Um universal está localizado no mundo físico na medida em que ocupa literalmente uma determinada região do espaço numa dada ocasião, precisamente aquela região do espaço que é ocupada nessa ocasião por uma coisa que o exemplifique. Neste ponto de vista, a localização do universal no espaço-tempo é directa, não é mediada por nada: o universal ocupa ele próprio as regiões do espaço que são ocupadas pelos seus exemplos.

¹⁶ Este género de posição parece ser defendida em Loux 1998.

¹⁷ Este ponto de vista é aproximadamente ilustrado em Armstrong 1978. Posteriormente, Armstrong mudou de ideias a esse respeito.

Segundo esta versão directa de imanentismo, um universal como *Equus Caballus* está localizado no mundo físico em virtude de ocupar aquelas regiões do espaço que são ocupadas, numa dada ocasião, por todos os membros dessa espécie animal existentes nessa ocasião. Um e o mesmo universal pode assim existir na íntegra em muitos sítios distintos ao mesmo tempo. Temos aqui então, literalmente, o um *em* muitos, o mesmo *no* diferente. Onde está cada substância individual, cada cavalo particular, está também a espécie *Equus Caballus* na sua totalidade, o universal. Por outro lado, muitos universais podem ocupar, cada um deles na íntegra, um e um só local numa dada ocasião. Temos aqui então, literalmente, o muitos *em* um, o diferente *no* mesmo. Onde está este belo cavalo branco estão também diversos universais por inteiro: *Equus Caballus*, a brancura, a beleza, etc.

Como os universais estão presentes nos seus exemplos integralmente, e não em parte, eles não podem ser partes constituintes dos particulares que os exemplificam.¹⁸ Como a brancura está inteiramente presente em cada uma das coisas brancas, estas não podem ter a brancura como parte. Os universais não podem assim ocupar as regiões do espaço ocupadas pelos seus exemplos em virtude de terem partes espaciais que ocupam partes dessas regiões. Assim, de acordo com o imanentismo directo, os universais não podem estar espalhados pelo espaço do mesmo modo como este relógio desmontado está espalhado pelo espaço, ou seja, no sentido de ter partes que ocupam regiões distintas e descontínuas do espaço. Por conseguinte, nesse género de imanentismo, os universais, apesar de serem de algum modo elementos constituintes dos particulares materiais que os exemplificam, não podem ser partes (espaciais) desses particulares. A relação parte/todo verifica-se entre universal e particular (nessa ordem), mas não é de natureza mereológica: um particular não pode ser um agregado físico dos diversos universais que exemplifica.

Estas características dos universais postulados pelo imanentismo directo tornam obscura, aos olhos de alguns defensores do realismo metafísico, a própria noção de universal, sendo vistas como sugerindo o abandono da concepção que as origina.¹⁹ De facto, à luz de tais

¹⁸ Lewis 1997: 190. E também Lewis 1986: 64. Sobre a localização de universais, ver ainda MacBride 2009.

¹⁹ O imanentismo directo é defendido, entre outros, por Armstrong; ver, por

características, os universais do imanentismo directo são suspeitos de se aproximarem perigosamente de entidades irrepetíveis ou particulares, em especial de propriedades particularizadas ou tropos.

O imanentismo indirecto comporta-se muito melhor a este respeito, preservando os universais aí postulados a sua identidade *qua* universais. Em especial a repetibilidade é preservada, mas apenas no sentido de exemplificação múltipla, e não no sentido, aparentemente mais desvirtuador dessa identidade, de presença integral (entendida literalmente). Todavia, o imanentismo indirecto pressupõe uma noção tão ténue de localização para universais, uma interpretação tão fraca do predicado de localização espacio-temporal para universais, que nos podemos perguntar quais seriam as suas vantagens reais em relação ao realismo transcendente. Se os universais do imanentismo indirecto apenas estão no espaço-tempo de uma forma mediatizada, em virtude de serem exemplificados por objectos que estão no espaço-tempo, parece não haver grande diferença de natureza entre tais universais e os universais transcendentos, de cuja natureza eles perigosamente se aproximariam. Com efeito, parece haver um sentido no qual os universais do imanentismo indirecto estão perto de serem também entidades irreduzivelmente abstractas, habitantes do 3º Reino de Frege.

Note-se, para terminar, que qualquer versão de imanentismo forte, a mediatizada ou a directa, tem como consequência a exclusão, do domínio das propriedades universais, de todas aquelas propriedades que não são repetíveis no mundo físico, que não têm como exemplos pelo menos um²⁰ particular espacio-temporal.

Concentremo-nos agora no realismo transcendente, na doutrina de que nenhum universal existe no espaço-tempo.²¹

Segundo o realismo transcendente, não há nenhum sentido admissível no qual se possa dizer que um universal (qualquer universal) esteja localizado no mundo físico. Rigorosamente falando, aquilo que se deve dizer é que universais carecem de qualquer localização.

exemplo, 1989: 98-9.

²⁰ Ou, caso a noção de repetibilidade seja entendida num sentido mais estrito (ver nota 6), pelo menos dois particulares espacio-temporais

²¹ Russell e Jubien, entre outros, defendem o realismo transcendente. Ver Russell 1916; Jubien 1997: 36-45; Jubien 2009: 54 e seguintes.

Assim, mesmo aqueles universais que têm tipicamente objectos físicos como exemplos, tais como a propriedade de ter uma certa massa (por exemplo, 20 Kg) ou a relação espacial de estar à esquerda de, não existem no mundo físico. Espécies animais como *Equus Caballus*, cores como a brancura, virtudes como a sabedoria, etc., (supondo que se trata de universais) não povoam o mesmo segmento da realidade, por assim dizer, que é povoado por cavalos, coisas brancas e pessoas sábias.

Os seguintes universais, de tipos bem diversos, são tomados pelo realista transcendente como partilhando o mesmo domínio da realidade: (a) universais exemplificados por particulares materiais, como a brancura; (b) universais exemplificados por particulares abstractos, como a propriedade de ser um número primo; (c) universais de ordem superior, como a propriedade universal de ser uma virtude; (d) universais que não são exemplificados por nada, como a propriedade de ser um pássaro Dodo e a propriedade de ser um quadrado redondo. A expressão ‘mundo suprasensível’ é usada na tradição platónica para designar esse domínio da realidade. A expressão ‘3º Reino’ é usada na tradição fregeana para designar aproximadamente o mesmo domínio de entidades. A relação que se estabelece entre os particulares materiais e os universais dos quais são exemplos, a relação de exemplificação, é deste modo uma relação inter-domínios, uma relação que atravessa segmentos liminarmente distintos e causalmente estanques da realidade: o mundo sensível e o mundo inteligível, o mundo físico e o 3º reino. A natureza para muitos obscura de uma relação deste género entre universais e particulares constitui uma das motivações comuns para a rejeição do ponto de vista que a pressupõe, o realismo transcendente. Todavia, é bom notar que algumas versões de realismo imanente, em particular o imanentismo forte indirecto, enfrentam o mesmo género de dificuldade.

Para o realismo transcendente, os universais são entidades irreduzivelmente abstractas: não são localizáveis no espaço, pois não existem em nenhum sítio; não são situáveis no tempo, pois não existem nem ocorrem em nenhuma ocasião. Todavia, o sentido no qual um universal não existe em nenhum sítio não é o sentido no qual algo (por exemplo, Deus) seria onnipresente; pois coisas onnipresentes estariam em todos os sítios e os universais não estão em sítio nenhum. Analogamente, universais são eternos, mas não no sentido em

que uma pessoa imortal (Aquiles) seria eterna, o sentido no qual ela existiria para sempre (em todas as ocasiões). Universais são eternos no sentido de não existirem de todo no tempo, de não haver de todo ocasiões nas quais existam.

Segundo o realismo transcendente, universais habitam aquele segmento do ser que é habitado por outros *abstracta*, designadamente particulares abstractos como números, proposições, conjuntos, etc. *Abstracta* são entidades já disponíveis em todo o caso na ontologia do realista transcendente, entidades que ele já admite de forma natural, com base em razões independentes daquelas que o levam a admitir universais. A diferença entre universais e outros *abstracta* é que aqueles, ou pelo menos alguns daqueles, são objectos repetíveis, exemplificáveis por diversos objectos, abstractos ou concretos, enquanto que os outros *abstracta* são objectos irrepetíveis.

É conveniente notar que, do ponto de vista do realismo transcendente, não teria sentido adoptar uma tese mais fraca, a tese de que apenas alguns universais, aqueles que não têm de todo exemplos (talvez a Perfeição Absoluta), não estão no mundo físico. A razão é a de que aqueles universais que têm de facto exemplos, e que alegadamente estariam no mundo físico, só os têm contingentemente; ou seja, têm exemplos mas poderiam não ter tido exemplos: há de facto coisas brancas, mas poderia não ter havido. Assim, aquilo que o realista transcendente deve dizer é que mesmo esses universais não existem no espaço-tempo.

A posição que se quer adoptar em relação ao realismo transcendente depende, em grande medida, da posição que se quer adoptar em relação a *abstracta* em geral. Suponhamos que temos boas razões, mas razões independentes da metafísica das propriedades, para admitirmos certos objectos abstractos na nossa ontologia. Suponhamos, por exemplo, que queremos admitir particulares abstractos como números, classes ou obras de arte (novelas, sinfonias, etc.) com base na indispensabilidade de tais objectos para desempenhar certas funções explicativas, por exemplo por serem indispensáveis para certos fins de explicação científica ou estética. Então não parece haver qualquer obstáculo de princípio à adição de propriedades universais ao conjunto de *abstracta* assim introduzidos (admitindo que um certo papel funcional é por estes igualmente desempenhado). Não haveria

assim qualquer razão de princípio para não abraçarmos o realismo transcendente.

3 Realismo Aristotélico versus Realismo Platónico

Os realistas metafísicos dividem-se ainda em dois grupos conforme a resposta que estão inclinados a dar ao Problema 2, o problema da exemplificação de universais.

De um lado, temos a posição conhecida como Realismo Aristotélico, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(ARIST) Não há universais não exemplificáveis. Só propriedades exemplificáveis podem ser propriedades universais.

Mas o que é que se deve entender aqui por ‘não exemplificável’? Digamos que um universal não exemplificável seria um universal que, ou não tem de facto exemplos em nenhuma ocasião, como por exemplo a propriedade de ser um porco voador, ou então não pode de todo ter exemplos (em qualquer ocasião), como por exemplo a propriedade de ser um quadrado redondo.

Do outro lado, temos a posição conhecida como Realismo Platónico, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(PLAT) Há universais não exemplificáveis. Ser exemplificável não é uma condição necessária para uma propriedade dada ser uma propriedade universal.

Para o realista platónico, há assim universais que nunca tiveram de facto, em qualquer ocasião, quaisquer exemplos; e há também universais que não podem ter quaisquer exemplos (no sentido mais forte de ‘não podem’ antes aludido, o da chamada impossibilidade metafísica), universais que necessariamente não têm quaisquer exemplos.

Note-se que, caracterizados da maneira acima adoptada, realismo aristotélico e realismo platónico são doutrinas claramente contraditórias. Por um lado, esgotam as posições realistas acerca do problema da exemplificação: não podem ser ambas falsas. Por outro, são posições inconsistentes: não podem ser ambas verdadeiras.²²

²² Entre os defensores do realismo aristotélico contam-se filósofos como (talvez) o próprio Aristóteles e seguramente Armstrong (1989: 75-81), (2004: 46 e

Parece haver uma inclinação natural do realista aristotélico no sentido da adopção do realismo imanente, bem como uma inclinação natural do realista platónico no sentido da adopção do realismo transcendente. Todavia, como vamos ver, as doutrinas realistas acerca da localização são relativamente independentes das doutrinas realistas acerca da exemplificação, pelo que se trata apenas de inclinações e não de conexões necessárias entre os pontos de vista.

Exploremos a concepção realista aristotélica com mais algum detalhe.

Pode-se dizer que o realismo aristotélico só admite como universais propriedades que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

Condição (a): de facto, ou seja, tal como as coisas são na realidade, no mundo actual, essas propriedades foram exemplificadas no passado por pelo menos um objecto, têm presentemente exemplos, ou serão exemplificadas no futuro por pelo menos um objecto;

Condição (b): essas propriedades são exemplificadas por pelo menos um objecto em pelo menos uma situação ou mundo possível, ou seja, em pelo menos uma maneira como as coisas poderiam ter sido (incluindo a maneira como as coisas são, o mundo actual).

A condição (a) é essencialmente uma condição temporal e diz respeito apenas à maneira como as coisas de facto são, isto é, ao mundo actual. A condição (b) é essencialmente uma condição modal e diz respeito também a maneiras como as coisas poderiam ter sido, isto é, a situações ou mundos meramente possíveis.

Com base em (a), a propriedade de ser um pássaro Dodo não seria excluída do domínio dos universais pelo realismo aristotélico; pois apesar da espécie animal em questão não ter agora membros, já os teve. Mas, presumivelmente, a propriedade de ser uma pessoa com

seguintes). Entre os defensores do realismo platónico contam-se filósofos como (talvez) o próprio Platão e seguramente Russell (1916: Capítulos 9 e 10). Uma defesa recente do realismo platónico encontra-se em Hoffman and Rosenkantz 2003.

mais de 3m de altura sê-lo-ia; bem como, seguramente, a propriedade de ser um réptil que respira por guelras.

Com base em (b), a propriedade de ser um bípede sem penas não-humano não seria excluída do domínio dos universais pelo realismo aristotélico; pois apesar da propriedade em questão não ter de facto exemplos, poderia tê-los tido (há certamente uma situação possível onde há criaturas bípedes inumanas). Mas, presumivelmente, a propriedade de ser um mamífero com sangue frio sê-lo-ia; bem como, seguramente, a propriedade de ser um quadrado redondo.

As condições (a) e (b) permitem-nos distinguir entre as seguintes duas versões de realismo aristotélico:

A primeira, a mais forte, é essencialmente temporal e actualista e consiste na seguinte tese:

(ARIST1) A exemplificação em pelo menos um tempo no mundo actual é exigida para uma propriedade ser admitida como universal.

A versão temporal/actualista (ARIST1) é a versão naturalmente extraída da condição (a) tomada em separado: só é uma propriedade universal uma propriedade que satisfaça (a). Por outras palavras, para a versão temporal/actualista, um universal existe num mundo ou situação, relativamente a uma dada ocasião, somente se tiver exemplos em pelos menos uma ocasião (aquela ou outra qualquer) nesse mesmo mundo ou situação. Assim, uma condição necessária para um universal existir num dado mundo possível, em especial no mundo actual, é existir pelo menos uma ocasião na qual esse universal seja exemplificado nesse mundo. Por conseguinte, na versão temporal/actualista de realismo aristotélico, o mundo possível é fixo, não varia; aquilo que é autorizado a mudar é apenas o tempo (relativamente a um mundo dado).

Na versão temporal/actualista, só são universais aquelas propriedades que têm exemplos actuais passados, presentes ou futuros. A propriedade de ser um dinossauro e (talvez) a propriedade de ser um artefacto senciente não seriam excluídas do domínio das propriedades universais pela versão temporal/actualista do realismo aristotélico. Mas, presumivelmente, a propriedade de ser um ser humano imortal, a propriedade de ser um porco voador e a propriedade de ser uma baleia branca sê-lo-iam.

A outra forma de realismo aristotélico, a mais fraca, é essencialmente modal e possibilista e consiste na seguinte tese:

(ARIST2) A exemplificação em pelo menos um mundo ou situação possível é exigida para uma propriedade ser admitida como universal.

A versão modal (ARIST2) é a versão naturalmente extraída da condição (b) tomada em separado: só é uma propriedade universal uma propriedade que satisfaça (b). Por outras palavras, para a versão modal/possibilista de realismo aristotélico, um universal existe num dado mundo ou situação possível, relativamente a uma dada ocasião, somente se tiver exemplos em pelo menos um mundo ou situação possível (aquela ou outra) em pelo menos uma ocasião (aquela ou outra). Assim, uma condição necessária para um universal existir num mundo, em especial no mundo actual, é existir pelo menos um mundo possível no qual esse universal seja exemplificado por pelo menos uma coisa em pelo menos uma ocasião. Por conseguinte, na versão modal/possibilista de realismo aristotélico, é essencialmente o mundo possível que pode variar; o tempo também pode variar, mas sempre no interior de um mundo dado.

Nesta última versão de realismo aristotélico, só são universais aquelas propriedades que têm pelo menos um exemplo em pelo menos um mundo: este mundo pode ser ou o mundo actual ou um mundo meramente possível. A propriedade de ser um ser humano imortal, a propriedade de ser um porco voador e a propriedade de ser uma baleia branca não seriam excluídas do domínio das propriedades universais pela versão modal/possibilista. Mas a propriedade de ser um quadrado redondo, a propriedade de ser um réptil de sangue quente e (presumivelmente) a propriedade de ser um unicórnio sê-lo-iam.

Note-se que a versão modal/possibilista de realismo aristotélico é uma consequência lógica da versão temporal/actualista, o que faz com que o realismo aristotélico temporal/actualista seja uma forma de realismo mais forte (num sentido) do que o realismo aristotélico modal/possibilista. O raciocínio que vai da versão temporal como premissa para a versão modal como conclusão é simples e pode ser delineado do seguinte modo. Considere-se a exigência imposta na versão temporal/actualista: para um universal existir num mundo, por exemplo o mundo actual, é preciso que haja uma ocasião na qual

ele tenha pelo menos um exemplo nesse mundo, no mundo actual. Ora, desta exigência segue-se naturalmente a exigência imposta na versão modal/possibilista: para um universal existir num mundo, por exemplo o mundo actual, é preciso que haja pelo menos um mundo no qual ele tenha exemplos (em pelo menos uma ocasião). Este raciocínio usa o princípio modal elementar conhecido como *ab esse ad posse valet consequentia*: tudo o que é actual é *a fortiori* possível, o mundo actual é *a fortiori* um mundo possível.

Quem quer que aceite o realismo aristotélico temporal está assim obrigado, através disso mesmo, a aceitar o realismo aristotélico modal. Contrapondo: quem quer que rejeite o realismo aristotélico modal está assim obrigado, através disso mesmo, a rejeitar o realismo aristotélico temporal.

No entanto, obviamente, o realismo aristotélico temporal/actualista não se segue do realismo aristotélico modal/possibilista, de modo que há aqui duas formas genuínas de aristotelismo. De facto, podemos bem subscrever a versão modal sem subscrever a versão temporal. E essa é, em particular, a inclinação do autor do presente ensaio. Podemos admitir como universais, por meio da versão modal de aristotelismo, propriedades que seriam excluídas na versão temporal de aristotelismo. Um exemplo é a propriedade de ser um ser humano imortal, ou a propriedade de ser uma pessoa com mais de 3m de altura.

Tanto a propriedade de ser um dinossauro como a propriedade de ser um bípode sem penas não-humano poderiam ser admitidas como universais pelo realismo aristotélico modal. Todavia, só a primeira dessas propriedades poderia ser admitida como universal pela versão temporal, sendo a segunda dessas propriedades excluída por essa forma de aristotelismo.

Tudo o que é admissível como universal pela versão temporal é-o pela versão modal (mas não conversamente). Logo, tudo o que é excluído como universal pela versão modal é-o pela versão temporal (mas não conversamente). Excluídas pela versão modal, e logo também pela temporal, são propriedades como a de ser um quadrado redondo, a de ser um mamífero com sangue frio e (presumivelmente) a de ser um unicórnio.

Exploremos agora a concepção realista platónica com mais algum detalhe.

O realismo platónico é a doutrina de que há universais não exemplificáveis, em que um universal não exemplificável é uma propriedade universal que não têm exemplos em nenhuma ocasião no mundo actual ou mesmo que não têm exemplos em qualquer mundo possível (e ocasião).

Por conseguinte, o realismo platónico não exclui (ou seja, pode admitir) como universais qualquer um dos seguintes dois géneros de propriedades.

- (a) – Propriedades que, de facto, não foram exemplificadas no passado por nenhuma coisa, que não têm presentemente quaisquer exemplos, e que não virão a ser exemplificadas por nada. A Perfeição Absoluta poderia ser um dos universais do género (a).
- (b) – Propriedades que não são exemplificadas por nada em nenhuma situação ou mundo possível (em qualquer ocasião). A Quadratura do Círculo poderia ser um dos universais do género (b).

No mínimo, quer a propriedade de ser um pássaro Dodo quer a propriedade de ser uma pessoa com mais de 3m de altura poderiam ser incluídas nos universais pelo realismo platónico. Todavia, esta última seria excluída pela forma forte, temporal, de realismo aristotélico, embora pudesse ser incluída pela forma fraca, modal, da doutrina. No máximo, quer a propriedade de ser um bípede sem penas não-humano, quer a propriedade de ser um mamífero com sangue frio, quer a propriedade de ser um quadrado redondo, quer mesmo a propriedade de ser um quadrado não-quadrado, poderiam ser incluídas nos universais pelo realismo platónico. Todavia, a segunda, a terceira e a quarta dessas propriedades seriam excluídas em qualquer uma das formas, temporal ou modal, de realismo aristotélico. A primeira daquelas propriedades seria apenas tolerada na versão modal/possibilista do realismo aristotélico, não na temporal. Naturalmente, toda a propriedade admissível como universal pelo realismo aristotélico é-o pelo realismo platónico (mas não conversamente).

Uma das desvantagens mais sérias do realismo platónico consiste no facto de não ser completamente claro qual seria a função ou papel explicativo a desempenhar por muitos dos universais não exemplificáveis que o ponto de vista admite. Uma das funções centrais atribuídas correntemente a universais é a de serem entidades indispensáveis

para dar conta da recorrência qualitativa no mundo, para explicar a existência de similaridades objectivas ou naturais entre muitos particulares. Naturalmente, tal papel explicativo não é realizável pelos universais não exemplificáveis postulados pelo realismo platónico. E não é completamente claro para que outra função explicativa substantiva seria indispensável o recurso a universais não exemplificáveis. Esta aparente desvantagem do realismo platónico é, naturalmente, uma aparente vantagem do realismo aristotélico: só universais exemplificáveis, propriedades repetíveis no sentido literal do termo, seriam susceptíveis de desempenhar adequadamente as funções explicativas centrais geralmente atribuídas a universais.

Terminada a caracterização dos Problemas 1 e 2 acerca da natureza dos universais, bem como das diversas versões de realismo metafísico que daí surgem, perguntemo-nos agora o seguinte. Haverá alguma conexão necessária entre os Problemas 1 e 2, entre o problema da localização de universais e o problema da exemplificação de universais? Trata-se de questões independentes, ou seja, questões tais que não é possível extrair de uma resposta (positiva ou negativa) a uma delas uma resposta (positiva ou negativa) à outra? Há alguma relação entre as doutrinas do realismo imanente e do realismo aristotélico? Há alguma relação entre as doutrinas do realismo transcendente e do realismo platónico? Será que da aceitação ou rejeição de uma dessas doutrinas se segue a aceitação ou rejeição da outra?

Consideremos o realismo imanente na sua versão mais forte, aquela que é motivada pelo naturalismo estrito. Recorde-se que a tese imanentista forte é a de que todos os universais estão localizados no espaço-tempo. Ora, não é difícil ver que o realismo aristotélico, a tese de que todos os universais são exemplificáveis, é uma consequência do realismo imanente tal como representado naquela tese.

O raciocínio do imanentismo forte como premissa para o aristotelismo como conclusão é delineável do seguinte modo. Qualquer que seja a interpretação, indirecta ou directa, que se adopte relativamente à ideia da localização dos universais no mundo físico, o seguinte é o caso. Uma condição necessária para qualquer universal existir no mundo físico é ter exemplos que sejam localizáveis no espaço-tempo. Supondo que o mundo físico mencionado na tese imanentista é o mundo actual, segue-se que qualquer universal tem de ser de facto exemplificado por pelo menos uma coisa (em pelo menos

uma ocasião). Mas esta última exigência corresponde justamente à doutrina do realismo aristotélico na sua versão mais forte, a versão actualista ou temporal. O realismo imanente na sua versão mais forte tem assim como consequência o realismo aristotélico em qualquer uma das versões deste.

Estas formas de realismo metafísico não são, por conseguinte, completamente independentes uma da outra: quem quer que aceite o imanentismo (forte) tem de aceitar o aristotelismo (forte ou fraco). Pelo mesmo género de considerações, o realismo transcendente e o realismo platónico também não são doutrinas completamente independentes uma da outra. É fácil verificar, por contraposição, que o realismo transcendente, a doutrina de que os universais (pelo menos alguns) não existem no mundo físico, no espaço-tempo, segue-se do realismo platónico, a doutrina de que há universais não exemplificáveis. Com efeito, se quem quer que aceite o realismo imanentista (forte) está obrigado nessa base a aceitar o realismo aristotélico, então quem quer que aceite o realismo platónico está obrigado nessa base a aceitar o realismo transcendente.

Observe-se, no entanto, que a versão fraca do realismo imanente, a tese de que apenas alguns universais existem no mundo físico, é por si só insuficiente para estabelecer o realismo aristotélico, a tese de que não há universais sem exemplos. O imanentismo fraco é consistente com a tese de que há universais não exemplificáveis. Com efeito, é possível combinar coerentemente a adopção de universais exemplificáveis, aqueles que estão no mundo físico, com a adopção de universais não exemplificáveis, aqueles (ou alguns daqueles) que não estão no espaço-tempo.

É o realismo imanente (forte ou fraco) por sua vez uma consequência do realismo aristotélico (forte ou fraco)? Se sim, então essas teorias seriam equivalentes, caso em que seriam (num certo sentido) a mesma teoria. Afinal com quantas formas de realismo metafísico estamos aqui confrontados (dado o resultado anterior)? Com uma única teoria realista, ou com duas?

A resposta é a de que se trata de duas formas distintas de realismo metafísico, já que o realismo aristotélico (directo ou indirecto) não implica logicamente o realismo imanente (forte ou fraco). Tal pode ser verificado mostrando que o realismo aristotélico é consistente com o realismo transcendente, a doutrina de que os universais

(pelo menos alguns) não estão no mundo físico. De facto, a tese de que todo o universal tem exemplos (em pelo menos uma ocasião no mundo actual, ou então em pelo menos um mundo possível) pode ser coerentemente combinada com a tese de que alguns universais, ou mesmo todos os universais, são destituídos de qualquer localização no espaço-tempo, no mundo físico. Basta notar que aquela tese é consistente com a tese de que os universais são entidades irreduzivelmente abstractas. Podemos certamente exigir que todos os universais tenham exemplos, e mesmo exemplos no mundo físico, mas simultaneamente concebê-los como estando todos localizados no 3º Reino de Frege ou no mundo das Formas de Platão.

4 Realismo Contingentista versus Realismo Necessitista²³

Os realistas metafísicos dividem-se igualmente em dois grupos conforme a resposta que estão inclinados a dar ao problema 3, ou seja, à seguinte questão sobre o modo de existir ou de ser dos universais:

São todos os universais existentes necessários? Ou há razões para admitir universais cuja existência é meramente contingente?

De um lado da disputa, temos a posição que podemos designar por Realismo Contingentista, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(CONT) Alguns universais (possivelmente todos) são existentes contingentes, ou seja, coisas que ou não existem em todos os mundos possíveis ou não existem em todas as ocasiões (ou ambas as coisas).

Por outras palavras, a tese do realismo contingentista é a seguinte: alguns universais são tais que há mundos ou ocasiões nos quais eles existem, em especial o mundo actual ou a ocasião presente, e mundos ou ocasiões nos quais eles não existem: mundos meramente possíveis ou situações passadas ou futuras.

²³ Sobre este problema, é instrutiva a leitura de Bealer 1998. A existência contingente de propriedades é defendida por Fine e por Stalnaker (entre outros). Ver Fine 1985, Stalnaker 2012. A existência necessária de propriedades é defendida por Plantinga, por van Inwagen e ainda por Williamson (com base em razões totalmente diferentes). Ver Plantinga 1974: 46-68; Van Inwagen 2011: 57; Williamson 2013: Capítulo 6.

Do outro lado da disputa, temos a posição que podemos designar por Realismo Necessitista, cuja tese característica é sumariamente a seguinte:

(NEC) Todos os universais são existentes necessários, coisas que existem em todos os mundos possíveis, e, em cada mundo, existem eternamente, ou seja, em todas as ocasiões.

Por outras palavras, a tese do realismo necessitista é a seguinte: não há de todo mundos ou ocasiões nos quais um dado universal exista e mundos ou ocasiões nos quais ele não exista. Se um universal existe numa ocasião, especialmente a ocasião presente, então existe para sempre, em todas as ocasiões; se um universal existe num mundo, especialmente o mundo actual, então existe em todos os mundos.

Observe-se que a doutrina do realismo contingentista admite ainda duas versões:

(a) – o realismo contingentista forte, a tese de que todo o universal é um existente contingente;

(b) – o realismo contingentista fraco, a tese de que apenas alguns universais existem contingentemente.

Todavia, a versão forte é implausível porque enquanto é possível encontrar, para certos géneros de universais, razões relativamente sólidas para a contingência da sua existência, tal é dificilmente o caso para todos os universais. Para além disso, uma consequência desastrosa da versão forte é a exclusão, do domínio dos universais, de propriedades de existentes necessários, como a propriedade de ser um número primo. Por conseguinte, dado o carácter fortemente controverso da versão forte de realismo contingentista, consideramos apenas a versão fraca.

Tal como formulada, a doutrina do realismo contingentista (fraco) admite duas variantes adicionais, conforme tomemos como aspecto dominante da doutrina o tempo ou o modo.

Há uma versão temporal da doutrina, que consiste na tese de que há universais que, apesar de disponíveis numa dada ocasião, tipicamente a ocasião presente, não existem em todas as ocasiões (relativamente a um dado mundo, tipicamente o mundo actual).

E há uma versão modal da doutrina, que consiste na tese de que há universais que, apesar de disponíveis num dado mundo, tipicamente o mundo actual, não existem em todos os mundos possíveis.

Pelo menos alguns dos realistas aristotélicos, como Aristóteles e Armstrong, estariam inclinados para o realismo contingentista, pelo menos na sua forma fraca. Caracteristicamente, os realistas platónicos, como Platão e Russell, estariam inclinados para o realismo necessitista.

Há pelo menos duas maneiras à primeira vista razoáveis através das quais uma propriedade universal poderia ser vista como contingente, quer do ponto de vista do tempo quer do ponto de vista do modo. Ambas as maneiras poderiam ser utilizadas para suportar a versão mais fraca de realismo contingentista.

A primeira dessas maneiras consiste no seguinte. Em primeiro lugar, introduzir universais que são apenas contingentemente exemplificados: universais que têm exemplos no mundo actual, ou na presente ocasião, mas não os têm em alguns mundos possíveis, ou em algumas ocasiões, passadas ou futuras. Em segundo lugar, argumentar que tais universais existem apenas contingentemente.

O raciocínio aqui utilizado para estabelecer a conclusão de que alguns universais têm uma existência meramente contingente pode ser esquematicamente representado do seguinte modo.

Premissa 1: Um universal existe num mundo, respectivamente numa ocasião, somente se tem exemplos nesse mundo, respectivamente nessa ocasião.

Esta premissa, bem como a seguinte e a conclusão, pode ser por sua vez desdobrada em duas: uma versão modal, relativa a mundos, e uma versão temporal, relativa a tempos.

Premissa 2: Há universais que não tem exemplos em alguns mundos, respectivamente algumas ocasiões (apesar de terem exemplos num certo mundo, respectivamente numa certa ocasião).

Conclusão: Há mundos, respectivamente tempos, nos quais alguns universais não existem (apesar de existirem num certo mundo, respectivamente num certo tempo).

Do ponto de vista do modo, universais contingentes desse género seriam propriedades como a propriedade de ser uma lua de Júpiter e a propriedade de ser um mamífero voador: Júpiter poderia não ter tido quaisquer luas, poderia não ter havido mamíferos voadores. Há assim mundos nos quais essas propriedades existem (o mundo actual) e mundos nos quais elas não existem (em virtude de não terem exemplos nesses mundos).

Do ponto de vista do tempo, universais contingentes daquele género seriam propriedades como a propriedade de ser um computador e a propriedade de ser um lobo ibérico: em ocasiões passadas não havia computadores, em ocasiões futuras não haverá lobos ibéricos. Há assim tempos nos quais essas propriedades existem (o presente) e tempos (passados ou futuros) nos quais elas não existem (em virtude de não terem exemplos nesses tempos).

É fácil ver que a variante meramente temporal de realismo contingentista que surge desta primeira maneira de gerar a existência contingente de universais, é uma doutrina implausível. Com efeito, a doutrina tem as seguintes consequências indesejáveis: universais como Dinossauro e Pássaro Dodo não existem, não estão disponíveis, agora; universais como Lobo Ibérico não existirão, não estarão disponíveis no futuro; universais como a raça canina Boxer não existiam, não estavam disponíveis no passado. Algumas dessas consequências, em especial as primeiras, tornam o realismo contingentista temporal incompatível mesmo com o realismo aristotélico forte.

A implausibilidade do realismo contingentista temporal deve-se à implausibilidade da versão puramente temporal da Premissa 1 do argumento, ou seja, a tese de que um universal existe numa ocasião só se é exemplificado por algo nessa ocasião.

Uma dificuldade adicional da tese de que alguns universais existem contingentemente do ponto de vista do tempo é a de que ela torna impossível uma explicação realista de alguns casos de mudança. Do ponto de vista realista, a mudança consiste por vezes no facto de um particular passar a exemplificar, numa dada ocasião, um universal que não exemplificava anteriormente. Um objecto físico ou particular material, por exemplo um asteróide, muda, neste sentido, ao passar, numa certa ocasião, a exemplificar um certo universal de massa, por exemplo a propriedade de pesar 10 toneladas, que não exemplificava previamente a essa ocasião. Ora, para explicações des-

te género serem satisfatórias, é preciso que o universal em questão esteja ele próprio previamente disponível, para que o particular o possa vir a exemplificar. Mas tal torna-se impossível se admitirmos que alguns desses universais não têm quaisquer exemplos em ocasiões prévias à da sua exemplificação pelos particulares que assim mudam: à luz da versão temporal da Premissa 1, tais universais não existem nessas ocasiões. Se a propriedade de pesar 10 toneladas não fosse exemplificada por nada em toda a ocasião anterior à ocasião na qual o asteróide a exemplifica, ela não existiria nessas ocasiões, caso em que não poderia haver lugar para qualquer sua exemplificação pelo asteróide. Concluimos assim que o realismo contingentista modal, o qual é obtido a partir da versão meramente modal da Premissa 1, é bem mais plausível e é a doutrina que deve ser retida.

A versão meramente modal da Premissa 1 é a tese de que um universal existe num mundo, por exemplo o mundo actual, só se tem exemplos nesse mundo (em pelo menos uma ocasião). Ora, tal tese não é nada mais do que a tese característica do realismo aristotélico de inclinação actualista ou temporal descrito ao considerarmos o Problema 2, o problema da exemplificação de universais. Dada a Premissa 2 do argumento anterior, tomada na sua forma meramente modal, segue-se que há mundos nos quais alguns universais (que de facto existem) não existem. Por conseguinte, o realismo contingentista modal surge como uma consequência do realismo aristotélico actualista. Contrapondo: o realismo platónico, a doutrina de que há universais não exemplificáveis, é uma consequência do realismo necessitista, a doutrina de que os universais são existentes necessários.

Se assim for, as nossas razões para rejeitarmos o realismo platónico e abraçarmos o realismo aristotélico, anteriormente expostas, são *eo ipso* razões para rejeitarmos o realismo necessitista e abraçarmos o realismo contingentista (na versão modal deste).

Sumarizando a nossa reflexão acerca das conexões entre os dois problemas, o problema da exemplificação de universais não é completamente independente do problema do modo de ser ou existir de universais; é apenas relativa ou parcialmente independente deste problema.

Finalmente, a segunda maneira admissível de gerar propriedades universais cuja existência é meramente contingente, agora no sentido modal do termo, é a seguinte. Em primeiro lugar, são introduzi-

das propriedades universais que são ontologicamente dependentes, quanto à sua existência, de particulares materiais. Em segundo lugar, argumenta-se que, em virtude desse facto, tais universais existem apenas contingentemente.

O raciocínio aqui utilizado para estabelecer a conclusão de que alguns universais têm uma existência meramente contingente deixa-se representar esquematicamente do seguinte modo:

Premissa 1: Qualquer universal ontologicamente dependente, quanto à sua existência, de um particular material, existe contingentemente.

Premissa 2: Há universais ontologicamente dependentes, quanto à sua existência, de particulares materiais.

Conclusão: Há universais que existem contingentemente.

A Premissa 1 é suportada pelas seguintes considerações. Se uma propriedade universal **U** depende ontologicamente, no sentido mencionado, de um particular material x , então o seguinte é o caso em todos os mundos possíveis: uma condição necessária para **U** existir num mundo é x existir nesse mundo. Mas se x é um particular material, então a existência de x é contingente: há mundos nos quais x não existe. Segue-se que **U** também não existe nesses mundos e logo que **U** existe apenas contingentemente (supomos que **U** existe no mundo actual).

A Premissa 2 é estabelecida através da introdução de exemplos de propriedades universais ontologicamente dependentes de particulares materiais. A relação de dependência ontológica entre uma dessas propriedades e um particular material seria análoga à que se estabelece entre certos particulares materiais compostos por partes e cada uma dessas partes. Por exemplo, um fato composto por um certo par de calças e por um certo casaco depende ontologicamente de cada uma das suas partes: se o casaco em questão não existisse, o fato (esse mesmo fato) também não existiria; se o par de calças em questão não existisse, o fato também não existiria (poderia haver ainda um fato, com outro par de calças ou com outro casaco, mas seria um fato diferente). A relação de dependência ontológica entre uma daquelas propriedades e um particular material seria igualmente análoga

à que se estabelece entre objectos como conjuntos e cada um dos seus membros. A existência e a identidade de um conjunto é, à luz do axioma da extensionalidade para conjuntos (conjuntos são idênticos se e só se têm os mesmos elementos), inteiramente determinada pela identidade e existência dos objectos que pertencem ao conjunto. Assim, um conjunto depende ontologicamente dos seus elementos: se um dos objectos que pertence a um dado conjunto não existisse, o conjunto em questão também não existiria. Ora, há conjuntos cujos elementos são objectos que existem apenas contingentemente, por exemplo conjuntos de particulares materiais como pessoas, barcos e folhas de papel. Segue-se que tais conjuntos existem também de modo contingente: o conjunto singular de Sócrates, por exemplo, não existe num mundo onde Sócrates não existe.

As propriedades universais ontologicamente dependentes de particulares materiais são-no em virtude de, tal como fatos e conjuntos, terem esses particulares materiais como elementos constituintes. Exemplos de propriedades desse género são dados em propriedades relacionais singulares como a propriedade de ser filho de Platão, a propriedade de admirar Teeteto, a propriedade de ser mais comprido do que esta mesa e a propriedade de ser mais pesado do que aquela barra de metal. A ideia é a de que tais propriedades estão ontologicamente dependentes dos particulares nelas envolvidos: Platão, Teeteto, a mesa e a barra. Os mundos nos quais estes particulares materiais não existem são mundos nos quais as propriedades universais em questão também não existem. A existência contingente dos particulares que figuram como constituintes dos universais é transmitida a estes últimos. Há mundos nas quais propriedades como a propriedade de ser mais pesado do que esta barra de metal existem (o mundo actual) e mundos nas quais elas não existem: aqueles mundos nos quais a barra de metal não existe.

Note-se que tais propriedades podem bem ter exemplos nesses mundos, pois pode haver coisas nesses mundos que sejam mais pesadas do que esta barra (rigidamente identificada), muito embora a barra não exista em tais mundos. Assim, esta segunda maneira de gerar universais contingentes não se deixa reduzir à primeira, aquela que faz depender a existência de universais da existência de pelo menos um exemplo.

Conclusão

A título de sinopse final, podemos dizer que três resultados centrais são alcançados no presente ensaio (ou pelo menos é esse o nosso *desideratum*).

O primeiro género de resultado é dado num mapa bastante exaustivo de posições possíveis no interior da concepção genérica de propriedades conhecida como Realismo Metafísico, a concepção segundo a qual algumas propriedades das coisas são propriedades universais dessas coisas. Tais formas de realismo metafísico são determinadas em função do tipo de resposta que estaríamos inclinados a dar a cada um dos seguintes três problemas cruciais acerca da identidade e natureza de universais: o problema da sua localização, o problema da sua exemplificação e o problema do seu modo de existência. É importante realçar a este respeito que diversas formas de realismo metafísico por nós discutidas, em especial diversas sub-variedades de realismo (e.g. o aristotelismo temporal/actualista), não foram (tanto quanto sabemos) objecto de qualquer identificação como tal na bibliografia especializada da área.

Quanto à localização de universais, para além da já conhecida distinção entre realismo transcendente e realismo imanente, introduzimos e discutimos várias versões desta última concepção, versões que resultam de diferentes interpretações de um predicado de localização para universais, com destaque para as versões designadas como imanentismo directo e imanentismo indirecto ou mediado. Quanto à exemplificação de universais, para além da já conhecida distinção entre realismo platónico e realismo aristotélico, introduzimos e discutimos várias versões desta última concepção, versões que resultam de diferentes maneiras de olhar para o tempo ou para o modo da exemplificação de universais, com destaque para as versões de realismo aristotélico designadas como temporal e modal. Quanto ao modo de existir de universais, para além da distinção entre realismo necessitista e realismo contingentista, introduzimos e discutimos várias versões desta última concepção, versões que resultam de diferentes maneiras de olhar para o tempo ou para o modo da existência de universais, com especial destaque para as versões de realismo contingentista designadas como contingentismo modal e contingentismo temporal.

O segundo género de resultado alcançado no ensaio é dado num exame de uma pluralidade de conexões lógicas e conceptuais entre as diversas variedades e sub-variedades de realismo metafísico introduzidas.

Argumentámos no sentido de olhar para as variedades centrais de realismo metafísico como sendo em geral independentes umas das outras, no sentido de não serem mutuamente deduzíveis. Isso tem a seguinte consequência importante. Por muito natural que seja a nossa inclinação para procedermos a um tal agrupamento, não devemos de todo juntar, de um lado, realismo transcendente, platónico e necessitista, e, do outro, realismo imanente, aristotélico e contingentista. De facto, muito embora a combinação realismo imanente (forte)/realismo platónico seja inconsistente, a combinação realismo transcendente/realismo aristotélico, não só é uma combinação consistente, como é também uma combinação virtuosa (do ponto de vista de quem escreve). Para além disso, muito embora a combinação realismo imanente/realismo necessitista seja inconsistente, a combinação realismo transcendente/realismo contingentista, não só é uma combinação consistente, como é também uma combinação virtuosa (do ponto de vista de quem escreve).

O terceiro género de resultado alcançado no ensaio é dado numa ponderação crítica das principais vantagens e desvantagens de cada uma das formas de realismo metafísico introduzidas. Essa ponderação conduz a uma preferência final forte por uma versão de realismo metafísico caracterizada pela conjunção de três teses: uma tese transcendentista quanto à localização de universais, segundo a qual de nenhum universal se pode dizer que esteja localizado no mundo físico; uma tese aristotélica modal quanto à exemplificação de universais, segundo a qual se exige que propriedades universais tenham pelo menos um exemplo em pelo menos um mundo possível/tempo; e uma tese contingentista modal quanto ao modo de existir de universais, segundo a qual se autoriza que alguns universais não existam em pelo menos um mundo possível/tempo.

João Branquinho
LanCog Group, ULisboa – Universidade de Lisboa

Referências

- Armstrong, D. 1978. *Universals and Scientific Realism. Vol. I. Nominalism and Realism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Armstrong, D. 1989. *Universals. An Opinionated Introduction*. Boulder, San Francisco, London: Westview Press.
- Armstrong, D. 2004. *Truth and Truthmakers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bealer, G. 1998. Universals and Properties. In *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*. Edited by S. Laurence and C. MacDonald. Oxford: Blackwell.
- Fine, K. 1985. Plantinga on the reduction of possibilist discourse. In *Alvin Plantinga*. Reidel Profile Series 5. Edited by J.E. Tomberlin and P. van Inwagen. Dordrecht: Reidel.
- Frege, G. 1967. The Thought: A Logical Inquiry. In *Philosophical Logic*. Edited by P.F. Strawson. Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, J. and Rosenkrantz, G. S. 2003. Platonistic Theories of Universals. In *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Edited by M. Loux and D.W. Zimmerman. Oxford: Oxford University Press.
- Jubien, M. 1997. *Contemporary Metaphysics*. Oxford: Blackwell.
- Jubien, M. 2009. *Possibility*. Oxford: Clarendon Press.
- Lewis, D. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, 1997. New Work for a Theory of Universals. In *Properties*. Edited by D. Mellor and A. Oliver. Oxford: Oxford University Press.
- Loux, M, 1998. *Metaphysics. A Contemporary Introduction*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MacBride, F. 2009. Universals: the contemporary debate. In *The Routledge Companion to Metaphysics*. Edited by R. Le Poidevin, P. Simons, A. McGonigal and R.P. Cameron. London and New York: Routledge.
- Oliver, A. 1996. The Metaphysics of Properties. *Mind* 105: 1-80.
- Plantinga, A. 1974. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press.
- Quine, W.V.O. 1980. On What There Is. In *From a Logical Point of View*. 4th edition. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Quine, W.V.O. 1990 (Tradução Portuguesa de Quine 1980) Sobre o que Há. In *Existência e Linguagem. Ensaios de Metafísica Analítica*. Org. por J. Branquinho. Lisboa: Editorial Presença.
- Ramsey, F. 1997. Universals. In *Properties*. Edited by D. Mellor and A. Oliver. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, B. 1916. *The Problems of Philosophy*. London: Routledge.
- Sider, T. 2011. *Writing the Book of the World*. Oxford: Oxford University Press.
- Stalnaker, R. 2012. *Mere Possibilities. Metaphysical Foundations of Modal Semantics*. Princeton: Princeton University Press.
- Van Inwagen, P. 2011. Why is there anything at all? In *Ontology, Identity and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williamson, T. 2013. *Modal Logic as Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.